



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 1941/SEAPI -07 Outubro 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 520/XII/1.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 1766 de 06 de Outubro do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cultura, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

MO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

1766 06-10 '11

Proc. 01.02.01 (PEV)

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: Pergunta Nº 520/ XII/ 1ª apresentada pelos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes", Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, relativo à "Orquestra do Norte".

Exma. Senhora,

Caro colega,

Em resposta ao V. ofício nº 1228/SEAPI de 8 de Setembro de 2011, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de prestar os seguintes esclarecimentos:

Compreendemos a situação laboral dos trabalhadores a recibos verdes na Orquestra do Norte – trata-se de um processo em estudo e em negociação, mas que decorre da forma como o problema foi deixado em aberto pelo governo anterior.

Estão devidamente enquadrados os problemas legais de natureza laboral das orquestras das Beiras e do Algarve, mas ainda não foi feito o mesmo em relação à do Norte.

Aqui há dois problemas distintos:

- 1) o subfinanciamento que está a afectar a Orquestra, com protocolos – assinados com as autarquias – e que estas não estão a cumprir;
- 2) a adopção de contratos individuais de trabalho com os músicos da Orquestra.

Sem resolver a questão do financiamento (para o qual o Estado contribui com 500 mil euros anuais) não é possível resolver inteiramente o problema laboral, uma vez que teria de ser o Estado a assumir totalmente os encargos desses contratos de trabalho.

Já foi ouvida a direcção da Orquestra do Norte, bem como a administração e a Comissão de Trabalhadores. São passos provavelmente lentos mas decisivos e sensatos para resolver definitivamente, em poucos meses, um problema com vários anos.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Rui Mateus Pereira